



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: Trabalho e expressões da questão social

O GRANDE EXERCITO BRASILEIRO: A IMPORTÂNCIA DA FORÇA DE TRABALHO NORDESTINA PARA A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

LUANA DE SOUZA SIQUEIRA¹

RESUMO:

Esse trabalho é resultado de pesquisa teórica e documental, cujo objetivo principal é investigar e discutir a inserção da classe trabalhadora brasileira no mercado de trabalho e sua imprescindível participação na acumulação capitalista. Nessa oportunidade, pretendo abordar a importância da força de trabalho nordestina para a economia nacional e internacional. Essas análises serão desenvolvidas a partir de dois eixos de discussão: a inserção das mulheres na divisão social e técnica do trabalho, a desigualdade de gênero na remuneração salarial, a invisibilidade e desqualificação do trabalho doméstico; e a importância do trabalho reprodutivo para o capitalismo e as bases sócio-históricas do Nordeste na formação do estado brasileiro, a sua imprescindível participação na acumulação primitiva e a consolidação do imperialismo mundial. Para tanto, mapearemos: as condições laborais e ocupacionais dessa região; os índices de emprego e desemprego; o fluxo migratório, imigratório e emigratório, diferenciando esses processos e os seus impactos na cultura, na política e na economia, dentro e fora do Brasil; as características da força de trabalho ativa e de reserva, assim como os principais motivos de afastamento e/ou aposentadoria dos trabalhadores e das trabalhadoras; as taxas populacionais, contrapondo natalidade e mortalidade e por fim, problematizaremos a estigmatização, criminalização, violação e exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras nordestinos (as) dentro e fora da região, no âmbito nacional e internacional.

Palavras chaves: exploração, pobreza, acumulação e trabalho doméstico.

RESUMEN:

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Este trabajo es el resultado de una investigación teórica y documental, cuyo objetivo principal es investigar y discutir la inserción de la clase obrera brasileña en el mercado de trabajo y su indispensable participación en la acumulación capitalista. En esta ocasión, me propongo abordar la importancia de la fuerza laboral del Nordeste para la economía nacional e internacional. Estos análisis se desarrollarán a partir de dos ejes de discusión: la inserción de las mujeres en la división social y técnica del trabajo, la desigualdad de género en la remuneración salarial, la invisibilidad e inhabilitación del trabajo doméstico; y la importancia del trabajo reproductivo para el capitalismo y las bases sociohistóricas del Nordeste en la formación del Estado brasileño, su participación indispensable en la acumulación primitiva y la consolidación del imperialismo mundial. Para ello, cartografiaremos: las condiciones laborales y ocupacionales de esta región; las tasas de empleo y desempleo; el flujo migratorio, inmigratorio y emigratorio, diferenciando estos procesos y sus impactos en la cultura, la política y la economía, dentro y fuera de Brasil; las características de la plantilla activa y de reserva, así como las principales causas de baja y/o jubilación de los trabajadores; tasas poblacionales, contrastando natalidad y mortalidad y, finalmente, problematizaremos la estigmatización, criminalización, violación y explotación de los trabajadores del Nordeste dentro y fuera de la región, a nivel nacional e internacional.

Palabras claves: explotación, pobreza, acumulación y trabajo doméstico

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende discutir a inserção da classe trabalhadora brasileira no mercado de trabalho e sua imprescindível participação na acumulação capitalista, abordando a importância da força de trabalho nordestina para a economia nacional e internacional. Essas análises serão desenvolvidas a partir de dois eixos de discussão: a função do **Exército industrial de Reserva no capitalismo**, a relação entre o **Trabalho Reprodutivo e a socialização da produção e a apropriação privada da riqueza socialmente produzida**. Para tanto, mapearemos: 1- as condições laborais e ocupacionais dessa região; 2- os índices de emprego e desemprego; 3- o fluxo migratório, imigratório e emigratório, diferenciando esses processos e os seus impactos na cultura, na política e na economia, dentro e fora do Brasil; 4- as características da força de trabalho ativa e de reserva; 5- as taxas populacionais, contrapondo natalidade e mortalidade; 6- um sobre a formação socio-histórica da região Nordeste, levantando autores que relacionam o contexto nacional com as particularidades regionais, a condição periférica e o processo de acumulação e concentração capitalista e 7 - por fim, problematizaremos a

estigmatização, criminalização, violação e exploração dos trabalhadores e das trabalhadoras nordestinos (as) dentro e fora da região, no âmbito nacional e internacional.

A análise sobre a *importância da força de trabalho nordestina para acumulação nacional e internacional do capital* nos parece pertinente, não só pelo constante e cada dia mais aviltante processo de exploração e expropriação da força de trabalho, que ocorre de forma desigual nas regiões do país e ainda mais dispare na divisão internacional do trabalho, mas também pelos ataques descabidos, preconceituosos e xenófobos. Assim, buscaremos recuperar a história da região, suas características e suas contribuições na riqueza do país, consolidando sua importância a luz dos fundamentos da economia política.

Muito pouco se publiciza e se ensina sobre as regiões do país que se diferenciam do centro sul e sudeste. Assim como, a formação sócio-histórica nacional parece minimizar a peculiaridade dessa região nordestina como base da ação colonial inicial e fonte importante da acumulação primitiva para os países europeus e a relevância para o desenvolvimento capitalista.

Segundo o Censo (IBGE, 2023), o Brasil tem 203.062.512 habitantes, dessas 104.548.325 mulheres e 98.532.431 homens. A cidade mais populosa é São Paulo com um contingente populacional de 11.451.245 moradores, na sequência as cidades do Rio de Janeiro e Brasília. O fluxo populacional da região Sudeste ampliou em 4.482.777 e a região Sul em 2.546.424 pessoas.

Estima-se que 18,5 milhões de famílias encontram-se na linha de Pobreza, ou seja, cerca de 43,5 milhões de pessoas sobrevivem com menos de R\$ 218,00 por dia. Durante a pandemia de COVID-19 aproximadamente 691 a 783 milhões de pessoas, mais ou menos 62,5 milhões de famílias, passaram fome (IBGE,2023).

1-A função do **Exército industrial de Reserva no capitalismo**

Estamos considerando como Exército Brasileiro a camada de trabalhadores ativos e de reserva, nos termos de Marx: Exército Industrial Ativo (EIA) e Exército Industrial de Reserva (EIR).

Neste debate, temos como referência os estudos de Marx em *O Capital* (1980) acerca da produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva (EIR), partindo da análise da acumulação do capital. Inicialmente a acumulação do capital segue uma ampliação puramente quantitativa. Com o avanço das forças produtivas há uma derivação que leva à mudança qualitativa da “composição orgânica do capital” (Marx, 1980, I: 730-43), ocorrendo um acréscimo de sua parte constante (matéria-prima e meios de produção) em

detrimento da parte variável (a própria força de trabalho). Relembremos que a força de trabalho, portanto, não só reproduz seu próprio valor, ela também cria valor excedente, mais valia (idem: 201 e ss.).

Sendo assim, por que o exército industrial de reserva (EIR) é tão importante para o capital? Fundamentalmente por proporcionar material humano em situações variáveis de expansão do próprio capital e por ser uma forma de regulamentação salarial. Assim, Marx apresenta as funções do EIR: Oferta de material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e Regulação dos salários, e direitos trabalhistas.

Nem a busca por emprego por parte do trabalhador, nem a busca por trabalhadores por parte do capital, representam mecanismos naturais de crescimento, ou seja, a procura de trabalho, pelo capitalista, não se identifica com o crescimento do capital, nem a oferta de trabalho, pelo trabalhador, com o crescimento da classe trabalhadora. Essa relação de procura de trabalho e oferta de trabalho vincula-se à acumulação do capital, que age ao mesmo tempo dos dois lados. Se sua acumulação aumenta a procura de trabalho, aumenta também a oferta de trabalhadores, 'dispensando-os', ao mesmo tempo em que a pressão dos desempregados compele os empregados a fornecerem mais trabalho adicional.

As relações de trabalho, pautado na existência de uma força de trabalho migrante temporária é permeada de contradições. Se de um lado representa uma estratégia de reprodução do capital, por outro da força de trabalho, já o que determina a necessidade de migrar para o trabalhador é a busca pela sobrevivência e o que faz o capitalista se utilizar da força de trabalho migrante temporária é a busca incessante pelo lucro. Nossa abordagem desse capítulo, nos apontará caminhos para compreender as relações de trabalho do migrante temporário, enquanto parcela da superpopulação relativa necessária para o funcionamento da Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Este, o desemprego, é, portanto, um processo estrutural, tendencial do sistema capitalista, jamais relacionado à precária condição subjetiva do trabalhador. Parte do exército industrial de reserva é destinado a garantia do trabalho não pago (cuidado e trabalho doméstico), essencial aos processos de reprodução social dessa ordem societária, porque legitima a lógica de reposição/manutenção da população ativa. (FERGUSON, 2017; FEDERICI, 2019)

No mês de abril desse ano de 2022, a taxa de desemprego no Brasil ficou em 11,1% no primeiro trimestre do ano, conforme informa o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O número mostra



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

estabilidade em relação ao período imediatamente anterior. No primeiro trimestre do ano passado, a taxa de desemprego havia chegado no pico de 14,9% e vinha caindo desde então.

O IBGE também registrou estabilidade no número de desempregados, que chega a 11,9 milhões de pessoas. Já a população ocupada, estimada em 95,3 milhões, caiu 0,5% na mesma comparação, o que significa 472 mil pessoas a menos no mercado de trabalho.

No Nordeste², que tem sua economia apoiada em serviços, a taxa de desemprego alcança 14,9%. A Bahia registra o maior índice do país, com 17,6% (<https://seucreditodigital.com.br/taxa-de-desemprego-e-maior-no-nordeste-do-pais-entenda-por-que/> acessado em 11 de outubro de 2023).

Dentro dos limites metodológicos, o IBGE na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua entende-se como desempregada as pessoas acima de 14 anos que não estão trabalhando, mas estão disponíveis e procurando inserção laboral. Assim, para alguém ser considerado desempregado, não basta não possuir um emprego, o estudante e a dona de casa, nesse entendimento, não estão desempregados, já a pessoa empreendedora está ocupada.

Essa amostra, portanto, nos traz panoramas do número de ocupação e desocupação em atividades que geram alguma renda, mas não esclarecem condições de trabalho e menos ainda os dados qualitativos dos vínculos trabalhistas.

Uma outra pesquisa do IBGE demonstra que o número de trabalhadores informais, sem carteira assinada no setor privado foi de 13,2 milhões de pessoas, o maior da série histórica iniciada em 2012. De acordo com o IBGE, 355 mil pessoas entraram nessa modalidade no trimestre, e 1,8 milhão no ano. – (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/30/ibge-pnad-continua-mensal-agosto-2022.htm>). Os trabalhadores informais compuseram 39,7% da força de trabalho no país. Estão incluídos nesse grupo trabalhadores sem registro, empregadores por conta própria sem CNPJ, além de trabalhadores familiares auxiliares. Por outro lado, o número de trabalhadores com

²É a região com maior número de estados e a terceira maior do país, correspondendo a, aproximadamente, 18% do território brasileiro, segundo o IBGE. Compreende nove estados, sendo eles: Ceará com uma área estimada em 148.920 km², uma população de 9.075.649 habitantes e 184 municípios; Alagoas possui cerca 27.848 km², uma população estimada em 3.322.820 habitantes e 102 municípios; Bahia apresenta uma área de 584.733 km² e população de, aproximadamente, 14.812.617 habitantes e 417 municípios; Maranhão possui uma área de, aproximadamente, 331.937 km² e uma população de cerca de 7.035.055 de habitantes e 217 municípios; Paraíba abrange uma área de 56.469 km², tem de 3.996.496 habitantes e 223 municípios; Pernambuco compreende uma área de, aproximadamente, 98.149 km², tem cerca de 9.496.294 de habitantes e 185 municípios; Piauí, possui 251.577 km², uma população de 3.264.531 habitantes e 224 municípios; Rio Grande do Norte abrange uma área de, aproximadamente, 52.811 km², uma população total de 3.479.010 habitantes e 167 municípios; Sergipe possui uma área de cerca de 21.915 km², 2.278.308 habitantes e 75 municípios.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

carteira assinada cresceu 1,1% em relação ao trimestre anterior, e chegou a 36 milhões. (<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/30/ibge-pnad-continua-mensal-agosto-2022.htm>). O perfil do trabalhador informal brasileiro de subsistência é bem definido: homem, jovem, preto e de baixa escolaridade. Cerca de 75% têm o ensino fundamental incompleto ou inferior. Na faixa etária de 14 a 17 anos, o grupo representa mais de 80% e nas idades de 18 a 24 anos, os informais de subsistência são 64% do total. Na análise por regiões, a presença desse grupo é especialmente expressiva nas regiões Norte (49%) e Nordeste (45,5%). A maioria dos serviços estão ligados ao comércio e turismo, reparação de veículos e construção.

2- **A inserção das mulheres na divisão social e técnica do trabalho**, a desigualdade de gênero na remuneração salarial, a invisibilidade e desqualificação do trabalho doméstico e a importância do trabalho reprodutivo para o capitalismo.

No atual contexto de acirramento da crise do capital, os efeitos são, histórica e proporcionalmente mais perversos sobre a vida das mulheres e, no caso das mulheres negras tendem a ser mais exploradas. As mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana. Em 2015, a jornada de trabalho total média das mulheres era de 53,6 horas, enquanto a dos homens era de 46,1 horas. Em relação às atividades não remuneradas, mais de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas – proporção que se manteve quase inalterada ao longo de 20 anos, assim como a dos homens (em torno de 50%). Esses são alguns dos dados destacados no estudo Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

Segundo dados da CEPAL (2022), 90% do trabalho de cuidado, que estaria relacionado à criação dos filhos e do lar, 85% desse trabalho é feito por mulheres. Cerca de 12,5 bilhões de horas é o tempo que mulheres ao redor do mundo dedicam ao trabalho do cuidado todos os dias, isso implica em cerca de 10,8 trilhões de dólares de contribuição à economia global. Todo esse trabalho segue invisível para os fins de tempo laboral, assalariamento, aposentadoria, construção e divisão patrimonial. É importante ressaltar que o fato de exercer atividade remunerada não afeta as responsabilidades assumidas pelas mulheres com as atividades domésticas, apesar de reduzir a quantidade de horas dedicadas a elas. (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

As mulheres ocupadas continuam se responsabilizando pelo trabalho doméstico não remunerado e os cuidados, o que leva à chamada dupla jornada. Quanto mais alta a renda das mulheres, menor a proporção das que afirmaram realizar afazeres domésticos – entre aquelas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com renda de até um salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos, contra 79,5% entre as mulheres com renda superior a oito salários mínimos. Em situação inversa estão os homens. A parcela dos que declararam realizar trabalho doméstico é maior entre os com mais alta renda: 57% dos que recebiam de 5 a 8 salários mínimos diziam realizar esses afazeres, proporção que cai a 49% entre os que tinham renda mais baixa. A divisão sexual do trabalho no capitalismo não está diretamente relacionada à função remunerada, ou seja, ainda que haja um maior percentual de envolvimento de homens no trabalho doméstico não pago entre os fragmentos com renda mais alta há que se relativizar, nesse caso, o que é classificado como tal, pois nesses extratos há a terceirização do trabalho doméstico tido como o “mais pesado” para domésticas remuneradas, bem como há uma maior possibilidade de tempo disponível no lar.

Apesar de, proporcionalmente, o rendimento das mulheres negras ter sido o que mais se valorizou entre 1995 e 2015 (80%), e o dos homens brancos ter sido o que menos cresceu (11%), a escala de remuneração manteve-se inalterada em toda a série histórica: homens brancos têm os melhores rendimentos, seguidos de mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A diferença da taxa de desocupação entre sexos também merece registro: em 2015, a feminina era de 11,6%, enquanto a dos homens atingiu 7,8%. No caso das mulheres negras, ela chegou a 13,3% (e 8,5% para homens negros). A síntese dos dados aqui apresentados revela que a ocupação de homens e mulheres negras está vinculada ao trabalho doméstico (limpeza e cuidado) pago e não pago.

2.1- A reconfiguração nos arranjos familiares: reprodução material e imaterial da força de trabalho

Os lares brasileiros, cada vez mais, estão sendo chefiados por mulheres. Em 1995, 23% dos domicílios tinham mulheres como pessoas de referência. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%. Cabe ressaltar que as famílias chefiadas por mulheres não são exclusivamente aquelas nas quais não há a presença masculina: em 34% delas, havia a presença de um cônjuge.

Paralelamente ao aumento do número de famílias chefiadas por mulheres, houve uma gradativa reconfiguração dos tipos de arranjos familiares. Se, em 1995, o tipo mais tradicional, formado por um casal com filhos, respondia por cerca de 58% das famílias, em 2015 esse percentual caiu para 42%, tendo aumentado de maneira significativa o número de domicílios com somente uma pessoa e o percentual de casais sem filhos.

A responsabilização privada da reprodução material e imaterial dos trabalhadores leva ou indica uma maior exploração do trabalho que resguarda particularidades em países de capitalismo



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

dependente. A quantidade de trabalhadoras domésticas com até 29 anos de idade caiu mais de 30 pontos percentuais no período analisado: de 51,5% em 1995 para 16% em 2015. No entanto, o emprego doméstico ainda era a ocupação de 18% das mulheres negras e de 10% das mulheres brancas no Brasil em 2015. Já a renda das domésticas saltou 64% nesses 20 anos, atingindo o valor médio de R\$ 739,00 em 2015. Porém, mesmo com esse crescimento, ainda estava abaixo do salário mínimo.

A pobreza que caracteriza a América Latina é explicada pelo tipo de inserção internacional determinado pelo capital, porém a desigualdade é ampliada principalmente por razões internas ao corpo social. A redefinição das trajetórias de desenvolvimento nunca se concretiza, e as metas das agências multilaterais, propositalmente inatingíveis, jamais são alcançadas, o que, dentre outros motivos, reforçam a condição de dependência, seja pelos empréstimos para investir em políticas sociais, seja por multas ou aumento dos juros por grau de não confiabilidade no país dependente que recebe investimento dos países imperialistas. Assim, a superexploração do trabalho é reproduzida e a modernização da sociedade determina uma inserção no contexto internacional a partir de ideologias, mitos e uma cultura política alheios a sua realidade. A despeito do enorme potencial cultural e político, os povos latino-americanos permanecem em condições econômicas precárias. (CARCANHOLO, 2016; MATTOS, 2017)

Considerando a remuneração do salário mínimo de R\$ 1.212,00, as tarefas domésticas divididas em cozinhar, levar criança para a escola, ajudar nas lições de casa e nos cuidados gerais o que poderiam ser computadas em 127 horas mensais, no mínimo, correspondendo à 901,76 reais. (CEPAL, 2022).

2.2- A relação entre acumulação e pauperização

A pobreza, no Modo de Produção Capitalista, não é um fenômeno isolado, distante da relação social posta por esta sociedade (que se mantém sob os pilares da contradição de classes, uma relação entre aqueles que vendem a sua própria força de trabalho e aqueles que a compram). Também não um resquício de sociedades pré-capitalistas, ou um produto de um insuficiente desenvolvimento. É um produto necessário do MPC. O capitalismo, como sistema social de produção de valores, tem como resultado do seu próprio desenvolvimento a acumulação de capital por um lado, e a pauperização absoluta e relativa por outro (ver Marx, 1980, I: 712). O próprio desenvolvimento capitalista, o aumento da riqueza socialmente produzida, não só não

reduz a pobreza, como pelo contrário a produz e amplia. A maior riqueza produzida na sociedade comandada pelo capital não gera sua maior distribuição, mas sua acumulação. Quanto maior a riqueza socialmente produzida, maior a acumulação dela por alguns poucos (que dela se apropriam mediante a exploração de mais-valia) e maior a pauperização da maioria (que a produzem, mas pouco lhes resta em relação à riqueza por eles produzida).

Assim, pobreza não é um aspecto residual, transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo gera por um lado a acumulação, por um lado a pobreza.

3- As bases sócio-históricas do Nordeste na formação do estado brasileiro, a sua imprescindível participação na acumulação primitiva e a consolidação do imperialismo.

A região nordeste destaca-se como locus privilegiado para análise de dinâmica migratória devido à intensidade com que os deslocamentos populacionais têm ocorrido nessa área, fato observado desde os registros oficiais mais antigos. Dados dos primeiros Censos Demográficos mostram que, ainda na segunda metade do século XIX, essa era a região mais populosa do Brasil e sua população representava quase a metade dos habitantes do país. Mais especificamente, conforme dados do Censo de 1872, a população do Nordeste correspondia a 46,7% do total nacional. A partir de então, os registros mostram um constante declínio nessa participação até atingir os atuais 27,8% da população brasileira, ainda que as taxas de fecundidade da região se apresentem, sistematicamente, como as mais altas do país. Numa relação inversamente proporcional a absorção da força de trabalho.

Como parte de um binômio do desenvolvimento desigual e combinado entre as regiões, a região sudeste se consolidou com a presença de um desenvolvimento econômico mais avançado no contexto nacional, passou a ser o espaço de maior absorção e de esperança do trabalhador do interior do Brasil que busca novas oportunidades nessa localidade, dando à migração a tônica desse contexto histórico-econômico.

Contudo, com a política econômica estabelecida que favorece empresas multinacionais, restou ao trabalhador rural do interior do Brasil a migração para os grandes centros econômicos, os quais expandiam as práticas industrial e agrícola ao passo que se torna fundamental para a acumulação de capital internacional, essa dinâmica mostra a relevância do sobranse de trabalhadores para garantir uma oferta de força de trabalho com um menor custo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Gonçalves (2001) explica que as migrações sazonais ou temporárias são as responsáveis por grandes fluxos de trabalhadores que, por um período de 4 a 7 meses, deixam sua terra natal e se dirigem às regiões da agroindústria. Bahia, Ceará, Paraíba e outros estados do Nordeste figuram como as áreas principais de origem desses migrantes. Quanto ao destino, podemos citar os estados de Pernambuco, São Paulo e Mato Grosso do Sul. [...] Vale sublinhar, ainda, que os responsáveis pelas grandes obras, as empresas de construção civil, o trabalho doméstico e até os serviços em geral preferem, em não poucos casos, contratar a mão de obra temporária. Ela se adapta perfeitamente à oscilação da demanda nos setores apontados e, além disso, isenta a empresa dos encargos sociais mais onerosos e permanentes. É comum, nas regiões de origem, falar das mulheres como “viúvas de maridos vivos”, as quais, na ausência dos homens, têm de assumir, além da casa, a busca da água e da lenha, bem como o trato do roçado. Quanto aos trabalhadores, em alojamentos provisórios e precários nos locais de destino, amargam em geral uma situação extremamente precária de vida e trabalho. (GONÇALVES, 2001, p.177-8).

Segundo Milton Santos, “o território não é um dado neutro nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante, mas também permitem a emergência de outras formas de vida.” (Santos, 2001, p. 80) De acordo com o desenvolvimento das técnicas presentes no território ele será mais propício para a fixação de migrantes, por isso esta é uma característica fundamental para entendermos o sentido que as migrações obedecem.

Para entender as migrações internas, será preciso encarar de frente alguns nós ou estrangulamentos que, para usar a expressão de Caio Prado Júnior, fazem parte da formação econômica e política do Brasil. Fazem parte, igualmente, da formação histórica e cultural de nossa sociedade. São verdadeiros entraves do desenvolvimento social na história do país.”

O primeiro nó a ser analisado é a concentração de terras que tem sua origem nos tempos coloniais e com o passar do tempo esse fenômeno só fez aumentar. Nesse aspecto, o Brasil colônia não é o Brasil de ontem, “A coexistência entre uma elite abastada e a exclusão social da maioria da população é uma realidade da história deste país.” (GONÇALVEZ, 2001).

Outro nó que estrangula a população assalariada é a questão das relações de trabalho. No Brasil, como em todo mundo capitalista, vivemos hoje uma enorme contradição: ao mesmo tempo em que vemos o desenvolvimento de técnicas mais avançadas, vemos a ressurreição de formas de trabalho execradas e prescritas à parcela da população mais abastada da história. Se outrora os gastos do Brasil com o trabalho sempre foram mínimos, hoje se tornam irrisórios. Então, uma

vez mais, o trabalhador vê-se obrigado a um vaivém compulsório e, não raro, ao esfacelamento do grupo familiar, apenas para suprir, e mal, as despesas com a sobrevivência.

A estiagem periódica no semi-árido brasileiro e a indústria da seca constituem outro nó que está na raiz das migrações. Porém, não podemos cair na ingenuidade de crer que a seca é fator predominante da saída em massa do Nordeste e de Minas Gerais, esta, apenas agrava uma situação fundiária já extremamente desigual.

Considerações finais

O fator importante trazido por nossa reflexão é não desvincular a visão da migração como seu deslocamento entre modos de produção, essa visão transpassa a migração como simples deslocamento de pessoas no espaço, assim, temos que o capitalismo se alimenta do excedente de trabalhadores, o que viabiliza a expansão da produção, e a mão-de-obra excedente favorece a reprodução do capital.

Segundo Antunes (1998), o desemprego será o resultado dessas transformações no processo produtivo; para ele o mundo do trabalho não encontra, em suas tendências dominantes, especialmente nos seus órgãos de representação sindicais, disposição de luta com traços anticapitalistas. O mundo do trabalho está determinado aos imperativos do capital de criação e valorização de mais-valia e de lucro. Por tratar-se de uma pesquisa de doutorado em elaboração não é possível afirmar as consequências desses movimentos migratórios, mas possivelmente, o trabalhador continuará a buscar por novas ondas migratórias para sua própria sobrevivência, mas sempre a partir de uma dinâmica econômica pré-estabelecida.

Para (HARVEY, 2009; p.179), a desvalorização da força de trabalho sempre foi à resposta instintiva dos capitalistas à queda da taxa de lucro. Nota-se que estas novas configurações do capital só vieram a reforçar esta desvalorização da força de trabalho através do enfraquecimento de sua organização, cooptação dos sindicatos, aumento da subcontratação dos trabalhos temporários e precários, da competição entre trabalhadores, causando com o desemprego estrutural, o encolhimento dos salários e o crescimento do exército de reserva.

O que podemos dizer sobre o quadro das migrações é que estas se inserem no contexto da economia globalizada, seletiva e perversa que vem se desenvolvendo através dos avanços do mundo capitalista e das técnicas que o sustentam.

A concentração de riqueza e a pauperização, fatores fomentados pelo modo de produção vigente, são fatores que impulsionam os fluxos migratórios e movimentos populacionais cada vez



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mais intensos. As diferenças regionais expulsam parcela importante da classe trabalhadora dos seus estados de origem, mas também possibilitam que os capitalistas tenham um fluxo constante de reposição de força de trabalho.

Hoje, em vários contextos, o migrante é considerado o principal culpado pelos problemas estruturais que afetam a nossa sociedade, como a violência e o desemprego. Esta culpabilidade da vítima visa ideologicamente esconder as verdadeiras causas da questão social e, ao mesmo tempo, inculcar no próprio migrante um sentimento de frustração, de fracasso, de inferioridade que, não raramente, inibe seu potencial de resistência e reivindicação.

Apresentar e discutir a região nordeste do país, debatendo sua funcionalidade para acumulação do capital nacional e internacional, aponta a importância de discutir a formação sócio-histórica brasileira, com as particularidades da história dos estados da região nordeste; a explicitar que a força de trabalho não é supérflua e nem marginal; refletir sobre os fluxos migratórios, emigratórios e imigratórios no país com a particularidade dessa região e por fim, as características da superpopulação relativa, o EIR, regional.

Referências Bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? 5ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. Feminismo para os 99%: um manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça com base em séries históricas de 1995 a 2015 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, 2015.

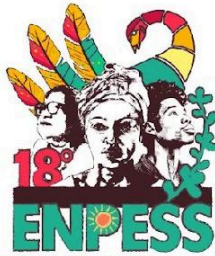
BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? Tradução de Maríá Mee Silva. In: Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

BIDEGAIN, Nicole e CALDERÓN, Coral (compiladoras). Los cuidados en América Latina y el Caribe: Textos seleccionados 2007-2018, CEPAL, 2018.

CARCANHOLO, Marcelo. CORRÊA, Hugo Figueira. Uma teoria da superexploração da força de trabalho em Marx? Um Marx que nem mesmo ele tinha percebido. Revista Brasileira de Economia política, n. 44, jun-set. 2016.

CEPAL, Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe, 2018.

CEPAL (1), Panorama Social da América Latina, 2018.
https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44412/1/S1801085_pt.pdf (acessado em 20 de junho de 2020).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CEPAL, Los bonos en la mira: aporte y carga para las mujeres, 2012.
(https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35401/1/S20121042_es.pdf)

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: BestBolso, 2016.

FEDERICI, Silvia. O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERGUSON, Susan. McNally, David. Capital, força de trabalho e relações de gênero. In: Revista Outubro, n. 29, novembro de 2017.

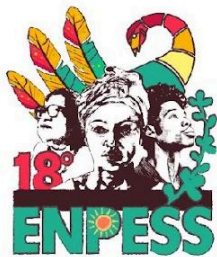
GONÇALVES, J. A. Migrações internas: evoluções e desafios. IBRADES: Brasília, 2001.

MARX, Karl. O capital. Livro I. O processo de produção do capital. Tradução de Rubens SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. – São Paulo: Edusp, 2006.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 6ª Ed. – Rio de Janeiro: Record, 2001
MATTOS, Marcelo, Badaró. Sete notas introdutórias como contribuição ao debate da esquerda socialista no Brasil. Rio de Janeiro, Consequência, 2017.

OIT. Um salto quântico pela igualdade de gênero: Para um melhor futuro do trabalho para todos, 2019.

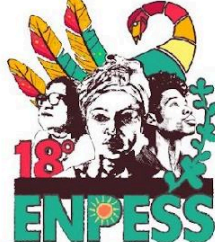
ONU. Mujeres basados en datos de la División de Estadística de las Naciones Unidas (2018).



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**